



Agora é lei: SimplesFica melhor

* **Marcus Cerávolo**

O governo federal publicou, no Diário Oficial da União (DOU) de 17/11, a Lei nº 15.263/2025, que cria a Política Nacional de Linguagem Simples, que deve ser cumprida pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios¹.

A Linguagem Simples – ‘Plain Language’ em inglês e ‘Linguagem Clara’ em Portugal – é uma técnica de redação e uma causa social que busca trazer clareza, objetividade e transparência na comunicação entre organizações – públicas e/ou privadas – e pessoas.

Heloisa Fischer², desbravadora do tema no Brasil, explica que a técnica envolve “empatia, organização da informação, tom de voz, escolha de palavras, construção de frases e avaliação dos materiais rescritos”. A causa social está no direito das pessoas de entenderem as informações.

Patricia Roedel³, uma das (cri)ativas vozes sobre o assunto, ensina que o objetivo “é que o público-alvo consiga encontrar, entender e usar as informações de que precisa sem ter que ler o texto várias vezes ou pedir ajuda a um especialista”.

Neide Mendonça⁴, em seu livro ‘Desburocratização Linguística’⁵, afirma que “escrever mal não é apenas algo que aborrece a quem lê, é também desumano e antidemocrático, porque desrespeita um direito fundamental do leitor: o de compreender os textos institucionais que regulamentam sua vida de cidadão”.

A Linguagem Simples surgiu há cerca de oitenta anos nos Estados Unidos e no Reino Unido, com o objetivo de defender o direito de as pessoas entenderem as informações divulgadas pelo governo.

No Brasil, a questão começou a amadurecer a partir da década de 2010, com a edição de leis mencionando a necessidade do uso de linguagem simples, clara, 1 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.263-de-14-de-novembro-de-2025-669256398>. 2 Heloisa Fischer é educadora, comunicadora e a principal referência do movimento Linguagem Simples no Brasil. Já formou mais de 50 mil profissionais pelo seu Método Comunica Simples e recebeu o Prêmio de Mérito Christine Mowat 2025 da PLAIN, uma das três associações internacionais voltadas à Linguagem Simples. 3 Patricia Roedel é jornalista, servidora da Câmara dos Deputados, consultora e instrutora de Linguagem Simples. Fez parte do grupo de especialistas que adaptou a norma brasileira



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Rangel Pestana, 315 – Centro - CEP 01017-906 - São Paulo/SP-PABX: 3292-3336



ARTIGO
25/11/2025

sobre Linguagem Simples na ABNT e é autora do “Manual de Linguagem Simples: Como planejar, desenvolver e testar textos que funcionam”, que pode ser baixado gratuitamente no seguinte endereço:

[https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/e0d3210c-4891-40cc-9e1f-](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/e0d3210c-4891-40cc-9e1f-84f4e941a7c7/download)

[84f4e941a7c7/download](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/e0d3210c-4891-40cc-9e1f-84f4e941a7c7/download). 4 Neide Rodrigues de Souza Mendonça é mestra em Linguística e professora aposentada da Universidade Católica de Pernambuco – onde atuou por mais de 35 anos nos cursos de Jornalismo, Relações Públicas e Letras –, tendo ministrado dezenas de cursos sobre simplificação de linguagem administrativa e jurídica para organizações públicas e privadas. 5 Publicado originalmente em 1980 e relançado em 2025 como fruto do trabalho do Linguagem Simples Lab, um laboratório de inovação independente que objetiva criar soluções para melhorar a comunicação entre pessoas e organizações. A responsável pela edição do livro foi Joseane Aparecida Corrêa, mestra em Direito, educadora e fundadora do Linguagem Simples Lab. compreensível. É o caso da Lei de Acesso à Informação (2011), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), da Lei dos Direitos do Usuário do Serviço Público (2017), da Lei Geral de Proteção de Dados (2018) e da Lei do Governo Digital (2021).

Em novembro de 2019 a cidade de São Paulo fez história ao publicar o Decreto nº 59.067, que instituiu o Programa Municipal de Linguagem Simples, iniciativa que foi reproduzida no Distrito Federal, nos estados do Ceará, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, e nos municípios de Araraquara, Cabreúva, Jundiaí e Limeira, dentre outros⁶.

Para melhor contextualizar a necessidade do uso da Linguagem Simples no setor público, é essencial analisarmos os índices de (an)alfabetismo em nosso país e como as pessoas acessam as informações de seu interesse. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) de 2024⁷, dentre as pessoas pesquisadas⁸, 29% foram consideradas analfabetas funcionais⁹ e apenas 10% proficientes¹⁰.

O estudo indica também que 78% das pessoas apresentaram desempenho baixo ou médio para leitura, escrita e matemática no ambiente digital. E esse patamar sobe para alarmantes 97% se levarmos em conta apenas os grupos de nível analfabeto e rudimentar – os analfabetos funcionais¹¹.

Sobre o meio digital, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2024¹², do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que 98,8% dos acessos à internet no Brasil se dão por telefone celular – o smartphone. 6 O histórico sobre Linguagem Simples foi extraído do “Manual de Linguagem Simples: Como planejar,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Rangel Pestana, 315 – Centro - CEP 01017-906 - São Paulo/SP-PABX: 3292-3336



ARTIGO
25/11/2025

desenvolver e testar textos que funcionam”. 7 Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. 8 De acordo com a Metodologia Inaf, 2.840 pessoas foram entrevistadas presencialmente, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país, com idades variando entre 15 e 64 anos. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/metodologia/>. 9 Somatório dos níveis ‘analfabeto’ e ‘rudimentar’. As pessoas com nível analfabeto são aquelas que “não conseguem realizar tarefas simples que envolvam a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.)”. As pessoas com nível rudimentar conseguem “localizar uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples (calendários, tabelas simples, cartazes informativos) compostos de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano doméstico”. 10 As pessoas com nível proficiente “elaboram textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opinam sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto”. 11 Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-contexto-digital/>. 12 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102193_informativo.pdf.

Deste grupo, 38,8% usam a internet para acessar algum tipo de serviço público, seja para emitir documentos, preencher e enviar formulários online ou pagar taxas e impostos.

Por outro lado, estudo da FGVcia¹³ evidenciou que, em maio de 2025, o número de dispositivos digitais (computador, notebook, tablet e smartphone) em uso no Brasil era de 502 milhões, havendo 1,3 smartphone por habitante¹⁴.

Podemos então projetar que uma significativa parte da população paga um alto custo – de tempo, dinheiro, esforço cognitivo, paciência e energia – para tentar obter e entender – muitas vezes sem sucesso – informações sobre seus direitos e deveres perante o governo.

Diante deste cenário, é fundamental que as comunicações públicas sejam escritas de forma clara, objetiva e efetiva. Afinal, a verdadeira transparência só acontece se a informação puder ser facilmente encontrada e compreendida pelas pessoas, para que elas possam decidir o que fazer (ou não) com isto.

A Linguagem Simples não torna nossa língua mais pobre, simplória ou simplista; na verdade, ela atua em favor da cidadania, da inclusão social, da transparência e, em última instância, da própria democracia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Rangel Pestana, 315 – Centro - CEP 01017-906 - São Paulo/SP-PABX: 3292-3336



ARTIGO
25/11/2025

SimplesFica Melhor!

13 FGVcia é a sigla para o Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. 14 36ª edição da Pesquisa Anual do FGVcia sobre o Mercado Brasileiro de TI e Uso nas Empresas. Disponível em:

https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/pesti_fgvcia_2025.pdf.

*** Marcus Cerávoló é Assessor técnico do TCESP.**